

PROJETO SOCIAL

TECNOLOGIA EM HOTELARIA



Ministério da Educação - MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior
Universidade Aberta do Brasil
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Ceará

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Diretoria de Educação a Distância

Projeto TICs

Projeto de Fomento ao Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Presencial

Projetos Sociais

Ana Carênina de Albuquerque Ximenes

Fortaleza, CE
2011

CRÉDITOS

Presidente

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Presidente CAPES

José Almeida Guimarães

Diretor de EaD - CAPES

Joao Carlos Teatine Clímaco

Reitor do IFCE

Cláudio Ricardo Gomes de Lima

Pró-Reitor de Ensino

Gilmar Lopes Ribeiro

Diretora de EAD/IFCE e Coordenadora UAB/IFCE

Cassandra Ribeiro Joye

Vice-Coordenadora UAB

Régia Talina Silva Araújo

Coordenador do Projeto TICs

Raimunda Olímpia de Aguiar Gomes

Elaboração do conteúdo

Ana Carênina de Albuquerque Ximenes

Equipe Pedagógica e Design Instrucional

Ana Cláudia Gouveia de Sousa

Ana Cléa Gomes de Sousa

Antônio Wilton Araújo Cavalcante

Francisca Tarciclê Pontes Rodrigues

Iraci de Oliveira Moraes Schmidlin

José Maximiano Ximenes

Karine Nascimento Portela

Lívia Maria de Lima Santiago

Luciana Andrade Rodrigues

Luciene Ribeiro Gaião

Maria Luiza Costa Maia

Mariano de França Alencar Neto

Neidimar Lopes Matias de Paula

Robson Gonçalves Fechine Feitosa

Stanley Primo Ferreira

Equipe Arte, Criação e Produção Visual

Benghson da Silveira Dantas

Érica Andrade Figueiredo

José Stelio Sampaio Bastos Neto

Marco Augusto M. Oliveira Júnior

Equipe Diagramação

Alberto Gomes dos Santos Neto

Francisco Ebson Gomes Sousa

Francisco Renato de Araújo Ferreira

José Fernandes Almeida Júnior

Luiza Domingos Araújo

Marcelo José de Oliveira Silva

Samara Roberto da Costa

Revisão Textual

Antônio Carlos Marques Junior

Elaine de Lima Oliveira

João Paulo de Oliveira Lima

Maria do Socorro Nogueira de Paula

Valdinar Custódio

Secretárias

Marília Maia Moreira

Vivianny de Lima Santiago

Nota de esclarecimento

Esta obra foi produzida para o Projeto de Fomento ao Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Presencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE e é utilizada na disciplina de Projeto Social no Curso de Tecnologia em Hotelaria.

Catálogo na fonte: Islânia Fernandes Araújo (CRB 3 - Nº 917)

| | |
|------|--|
| X 6p | <p>Ximenes, Ana Carênina de Albuquerque. Projetos Sociais / Ana Carênina de Albuquerque Ximenes; Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - Fortaleza: CAPES/IFCE, 2011. 53p. : il. ; 27cm.</p> <p>Material integrante do Projeto TICs (Projeto de Fomento ao Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Presencial)</p> <p>ISBN 978-85-63953-24-7</p> <p>1. MACROAMBIENTES. 2. CENÁRIOS. 3. POBREZA. 4. VOLUNTARIADO - IMPACTOS. 5. PROJETOS SOCIAIS - ELABORAÇÃO I. Joye, Cassandra Ribeiro (Coord.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. III. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361.3</p> |
|------|--|

Apresentação 6

Referências 52

Currículo 54

SUMÁRIO

AULA 1 Estudando os cenários e os macroambientes 7

Tópico 1 Origem, conceitos e construção de cenários 8

Tópico 2 Os macroambientes e suas variáveis 12

AULA 2 Transformação social 15

Tópico 1 Pobreza: Um desafio para todos 16

Tópico 2 Transformação social: Um caminhos para todos 21

AULA 3 A via do voluntariado 26

Tópico 1 Reestruturação produtiva da sociedade e a solidariedade nas políticas sociais 27

Tópico 2 O novo voluntariado social 31

AULA 4 Elaborando o projeto social 36

Tópico 1 Conceituando projeto e projetos sociais 37

Tópico 2 Fases da elaboração do projeto 40

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) aluno(a),

No Brasil, à medida que milhares de pessoas ascendem a uma nova classe social, percebe-se que outro grande contingente de cidadãos permanece à margem da seguridade social e da condição de vida digna. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que 20 milhões de brasileiros receberam status de classe média após vivenciarem anos de pobreza. No entanto, esse dado ainda não é suficiente para situar a nação como um País desenvolvido, pois 15 milhões de brasileiros amargam a vida em absoluta situação de miséria.

Diante desse quadro social, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) apresenta, como ferramenta colaboradora para superação desse lamentável quadro de pessoas excluídas, a disciplina de Projetos Sociais. Esta disciplina foi elaborada a partir da constatação de que, como fazemos parte de um mesmo sistema, conectando-nos em diversos aspectos da vida, também somos co-autores dessa realidade favorável ou não à condição da existência humana.

Nossa disciplina de Projetos Sociais, que está organizada em quatro aulas, contempla um conteúdo teórico e aplicado que irá possibilitar ao aluno a experiência de intervir, por meio de elaboração e implantação de projetos sociais, na contribuição para a melhoria da qualidade de vida de grupos e pessoas.

Para contemplar os aspectos teórico e prático, inicialmente, estudaremos os cenários e os macroambientes; em seguida, a transformação social; os impactos do voluntariado e da solidariedade nas Políticas Sociais e findamos com a elaboração e aplicação de um projeto social. Vamos aos estudos!

AULA 1

Estudando os cenários e os macroambientes

Prezado(a) aluno(a),

Como cidadãos globais, necessitamos refletir sobre as implicações das rápidas mudanças tecnológicas, das forças econômicas, políticas e sociais no mundo e das transformações nacionais e regionais que afetam o nosso cotidiano. Além disso, essas macroforças, muitas vezes, impulsionam-nos a desenvolver uma visão de futuro que pode sugerir novas oportunidades para nossa vida e para a sociedade.

Essas forças, por sua vez, tendem a se consolidar em forma de cenários e obrigam-nos a tomar decisões e assumir uma postura proativa diante dos desafios que nos são impostos. Dentre eles, percebemos que à medida que aumentamos nosso poder aquisitivo e, conseqüentemente, melhoramos nosso padrão de vida, um número considerável de pessoas permanecem à margem desse processo. Criamos assim, uma sociedade paralela de “minorias”, em que, na verdade, grandes grupos formados de homens, mulheres, crianças, idosos, negros, indígenas, homossexuais etc. vivem em situação de exclusão social, destituídos de direitos e garantias sociais. O que podemos, então, fazer para melhorar esse quadro de desigualdade social?

O estudo de cenários e dos macroambientes é um estágio importante para facilitar a compreensão crítica sobre a realidade que permeia o cotidiano dos grupos sociais até alcançar o momento da elaboração e execução do projeto social.

Objetivos

- Conhecer os principais conceitos de cenários
- Entender sobre o fundamento da construção de cenários
- Conhecer as etapas para o desenvolvimento de cenários
- Entender as principais forças que exercem impacto sobre o macroambiente organizacional
- Conhecer as principais tendências que irão influenciar a tomada de decisão para a elaboração de projetos sociais

TÓPICO 1

Origem, conceitos e construção de cenários

OBJETIVOS

- Conhecer os principais conceitos de cenários
- Entender sobre o fundamento da construção de cenários
- Conhecer as etapas para o desenvolvimento de cenários

Os cenários surgiram no período posterior à Segunda Guerra Mundial como um método de planejamento voltado para área militar. Desenvolvido pela Força Área Americana, o estudo de cenários procurava antever e interpretar as ações dos inimigos. Para isso, os militares formulavam estratégias alternativas para proteger o território americano, mas também atacar quando preciso (CAETANO, 2001).

A migração do conceito de cenário da origem militar para o cotidiano organizacional e planejamento empresarial se deu no início da década de 60 através do futurólogo americano Herman Kahn. Em 1968, o mundo teria o primeiro registro de sucesso do estudo de cenários no campo empresarial pela Royal Dutch/ Shell (Londres), realizado pelo executivo Pierre Wack.



VOCÊ SABIA?

“Cenários são histórias sobre a maneira como o mundo poderá se transformar no futuro, histórias que podem nos ajudar a reconhecer e adaptar aos aspectos mutantes do nosso meio atual. Formam um método para articular os diferentes caminhos que poderão existir para você amanhã, e descobrir os movimentos adequados ao longo daqueles caminhos possíveis” (SCHWARTZ, 1995, p. 32).



ATENÇÃO!

A Shell, diante da necessidade de detectar fatos que pudessem interferir nos preços do petróleo (estagnados há anos), incorporou os conhecimentos sobre a técnica de construção de cenários. Desse modo, conseguiu, através da construção de vários cenários alternativos, identificar, com muita precisão, os fatos que desencadeariam o primeiro choque de preços do petróleo e suas consequências negativas, ocorrido em 1973. Esses estudos foram elaborados pela empresa por volta de 1969/ 70 e a empresa esperava que o fato em si acontecesse em 1975.

Para Michel Porter (PORTER apud CAETANO, 2001, p. 103), “(...) um cenário é uma visão internamente consistente daquilo que o futuro poderia vir a ser”, por isso a importância dessa ferramenta como um instrumento essencial para a elaboração de planejamento e projetos. Para sua elaboração, o autor recomenda o exame de variáveis que podem se originar das transformações tecnológicas, da concorrência, dos clientes, dos fornecedores, da existência dos possíveis produtos substitutos e do aparecimento de novos entrantes, formando uma cadeia de valor, que, por sua vez, trata de um fluxo formado por concorrência, clientes, fornecedores e instituições de fomento e apoio no ambiente no qual a organização atua.

Os cenários podem ser construídos a partir de uma tendência, criando duas ou três alternativas (opinião otimista, opinião pessimista e uma terceira que seria a mais provável), considerando a limitação de que não há um cenário como foco principal devido às probabilidades de ocorrência.

OS CENÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE PROSPECTADA

Cada indivíduo tem sua própria percepção sobre acontecimentos e pensa no futuro de modo diferente. Esta percepção, no mundo organizacional, deve ser compartilhada, inteirada e discutida entre os membros da organização, procurando unir visões diferentes, com o intuito de se chegar a um consenso sobre os elementos constitutivos do macroambiente. A observação do ambiente externo à organização deve ocorrer coletivamente, procurando excluir visões com ideias ortodoxas e engessadas das diversas realidades.

Essa reflexão coletiva possibilita a confecção do cenário. Um cenário é uma descrição que contém atores. Esses atores transformam dados em informações carregadas de visões pessoais sobre o ambiente, objetivos, ações e eventos, além dos

obstáculos, contingências e êxitos identificados em cada descrição informacional.

Os cenários estruturam os dados a respeito do futuro baseados na coletivização de histórias diversas, a saber (VAN DER HEIJDEN, 2009):

Reflete as incertezas inerentes ao futuro;

Permite a riqueza da junção de diversos tipos de conhecimentos a fim de formar novas teorias multidisciplinares e singulares sobre o mundo;

Mostra a descoberta em ambiente tangível sobre o mundo real;

Aborda um modo de pensar que considera um campo de possibilidade de causas para um mesmo problema.

Na construção de cenários, embora tenha como foco o futuro, deve-se considerar os acontecimentos atuais, trabalhando a consciência das pessoas com comunicação eficaz. O planejamento dos cenários habilita o indivíduo a adquirir uma maior capacidade de observação correta do ambiente no qual está inserido.

O estudo de cenários prospectivos é uma das ferramentas mais adequadas para definir estratégias em ambientes incertos e é um mecanismo eficiente de planejamento e elaboração de projetos, identificação de oportunidades e definições de ações.

A prospecção de cenários consiste em prospectar como será o ambiente no qual a entidade atua no futuro. Assim, através desta prospecção, pode-se traçar planos de ações para que a empresa esteja preparada para o que vier. A “prospecção de cenários” tem sido cada vez mais utilizada, com o objetivo de construir sistematicamente diversas visões de futuro para as organizações.

ETAPAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Schwartz (1995) propõe como roteiro para a construção de cenários, os seguintes passos:

1ª Etapa – Identificação da questão ou decisão principal:

a. O que está se pensando sobre o futuro?

b. Que decisões a serem tomadas terão influência a longo prazo nos destinos da organização e das pessoas?

2ª Etapa – Identificação das principais forças e das fraquezas do público a ser atendido pelo projeto social e dos demais agentes que se relacionam com o grupo social.

3ª Etapa – Identificação das forças motrizes e tendências do macroambiente.

4ª Etapa – Classificação do grau de importância e de incerteza com a

elaboração do ranking de fatores e tendências motrizes principais identificadas no levantamento de cenários. Para isso, é preciso:

- a. Estabelecer o grau de importância para o sucesso da questão ou decisão principal identificada na primeira etapa;
- b. Quantificar o grau de incerteza que envolve esses fatores e tendências.

5ª Etapa – Seleção da lógica do cenário por meio da avaliação de cada situação futura que poderá se concretizar. Serão utilizados os resultados da 4ª etapa para se obter os eixos ao longo dos quais os cenários irão se diferenciar. As diferenças entre os eixos deverão ser significativas para os tomadores de decisão. Depois de análise e avaliações, deve-se chegar ao menor número possível de cenários, considerando os fatos incertos que podem ocorrer em um dado cenário, com o cuidado de estabelecer os impactos que esses fatos podem gerar na organização em análise.

6ª Etapa – Detalhe dos cenários. Essa etapa exige uma grande capacidade de análise e experiência, pois cada fator ou tendência principal deve receber atenção em cada cenário escolhido. Nesta fase, deve-se obter ajuda de especialistas em diversas áreas.

7ª Etapa – Consequências. Volta-se para a questão da 1ª etapa e recolocam-se algumas questões:

- a. Como pode ser observada a decisão em cada cenário?
- b. Quais pontos fracos foram identificados?
- c. A decisão ou estratégia para o planejamento do projeto é suportada de forma eficiente em todos os cenários ou em apenas alguns?

Esse modelo de estruturação de cenários contribuirá para a construção da visão de futuro que se pretende alcançar com a implantação do projeto social. Os cenários estariam assim relacionados aos resultados previstos do projeto que deverão, inicialmente, se embasar no macroambiente, nas oportunidades e nas ameaças, em que se insere o público ou a organização a ser atendida. A seguir, discutiremos sobre a fundamentação dos macroambientes e sua importância para a elaboração de projetos sociais.

TÓPICO 2

Os macroambientes e suas variáveis

OBJETIVOS

- Entender as principais forças impactantes sobre o macroambiente organizacional
- Conhecer a influência das principais tendências na tomada de decisão para a elaboração de projetos sociais

*“O destino guia aqueles que o seguem de bom grado; aqueles que não o fazem são arrastados por ele”
(Sêneca)*

Compreende-se como macroambiente todos os atores e forças que afetam o cotidiano, as operações e o desempenho das pessoas e das organizações. As mudanças nele ocorridas impactam a condição de vida das pessoas, originando oportunidades e ameaças aos diversos grupos e organizações.

Segundo Kotler e Keller (2006), a análise do macroambiente permite à organização e aos indivíduos identificar as oportunidades e os possíveis pontos fortes que mantêm e geram sustentabilidade às operações de cada subsetor da organização (por ex.: recursos humanos, produção, marketing etc.). As organizações precisam considerar as tendências e megatendências que caracterizam o macroambiente corrente, pois essas ações permitirão identificar necessidades e tendências não atendidas na sociedade e responder a elas.

É importante lembrar que essa resposta deve considerar as seis forças principais do macroambiente: demográfica, econômica, natural, tecnológica, político-legal e sócio-cultural (Figura 1).

Fonte: Kotler; Keller (2006, p. 76).



Figura 1 - Principais forças do macroambiente

O ambiente demográfico implica nos dados e informações referentes à dinâmica populacional, tais quais: o crescimento explosivo da população mundial; as mudanças no perfil da população, nas faixas etárias, na etnia, na educação e nos novos tipos de moradia; movimentos geográficos da população e mudança de um mercado de massa para micromercados.

O ambiente econômico tem ênfase nos assuntos relativos à distribuição de renda, nível de poupanças, grau de endividamento e mudança nos padrões de gastos dos consumidores.

O ambiente natural mostra escassez potencial de certas matérias-primas, custos instáveis de energia, aumento nos níveis de poluição e mudança no papel dos governos nos assuntos relativos à gestão e proteção ambiental.

O ambiente tecnológico trata das mudanças tecnológicas aceleradas, número ilimitado de oportunidades para a inovação, variações dos orçamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e regulamentação mais rigorosa das mudanças tecnológicas.

O ambiente político-legal se relaciona à regulamentação da vida em sociedade, dos negócios e crescimento de grupos especiais de interesse e tudo de que trata o processo de normatização das operações das unidades produtivas.

O ambiente sócio-cultural revela como os indivíduos estão mudando a maneira de ver a si próprios, aos outros e o mundo ao redor deles. A formação e a mobilidade das classes sociais devem ser consideradas no estudo desses macroambientes. Nesse estudo, já se tem observado que existe uma tendência contínua em direção à auto-satisfação (hedonismo), à gratificação imediata e ao secularismo. A formação e a mobilidade das classes sociais também devem ser consideradas no estudo desses macroambientes. Os profissionais de diversas áreas do conhecimento estão interessados na alta persistência dos valores culturais centrais, na existência de subculturas e na rápida mudança dos valores culturais secundários.

Uma vez identificado o público-alvo do projeto social a ser elaborado, o aluno deve reunir o máximo de informações sobre os macroambientes que influenciam a dinâmica social do grupo que será atendido pelo projeto, mediante os cenários futuros que se apresentam para a evolução do grupo.

Um dos temas relevantes sobre os cenários que se incorporou ao universo dos projetos sociais se refere à transformação social e à superação do estado de pobreza. Por isso, a próxima aula tratará dessa temática desafiante para aqueles que irão elaborar e executar projetos sociais.

AULA 2

Transformação social

*“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência.
Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria
pobreza no mundo e ninguém morreria de fome”.*
Mahatma Gandhi – político e pacifista.

Prezado(a) aluno(a),

Ao estudar sobre a importância dos cenários e a configuração dos macroambientes, verificamos como essas informações podem contribuir para a contextualização e enfrentamento da realidade que vivenciamos e desejamos modificar rumo a um mundo melhor; convido-os agora a ingressar em um terreno desafiador a nossa capacidade de ação. Abordaremos, então, a necessidade de transformação social.

Para fundamentar a disciplina de Projetos Sociais, abordaremos duas tendências definidas como imprescindíveis para a elaboração futura do projeto social, quais sejam: a necessidade de aprofundar os estudos sobre a pobreza e a busca da transformação social. Estas temáticas serão contempladas nos tópicos da nossa presente aula. Vamos aos estudos!

Objetivos

- Conhecer as principais causas da pobreza e da exclusão social
- Descrever os graus de pobreza
- Conhecer as definições de pobreza utilizadas para a elaboração de projetos sociais
- Conhecer as diversas explicações dadas por décadas sobre a persistência da pobreza
- Conhecer as propostas de especialistas para a redução da pobreza

TÓPICO 1

Pobreza: um desafio para todos

OBJETIVOS

- Conhecer as principais causas da pobreza e da exclusão social
- Descrever os graus de pobreza
- Conhecer as definições de pobreza utilizadas para a elaboração de projetos sociais

“Se a miséria de nossos pobres não é causada pelas leis da natureza, mas por nossas instituições, grande é a nossa culpa”.

Charles Darwin – naturalista inglês.

As 5 da manhã, numa certa cidade do sertão do nordestino, Maria Anunciada, de 14 anos, anda três quilômetros para buscar água a fim de matar a sede de seus quatro irmãos mais novos, entre 5 e 11 anos. Ela prepara uma panela pequena de mingau, já pensando o que será a alimentação à noite. Ela terá de carregar sua irmã caçula, que está com diarreia há uma semana, até uma clínica médica a seis quilômetros de distância, sabendo que terá uma longa espera pela frente. Os pais são pobres e perderam a colheita esperada devido ao grande período de estiagem que ocorreu no último ano. Os vizinhos também são pobres, mas têm ajudado um pouco. Ela nem pensa em estudar; os irmãos e a própria sobrevivência são sua única preocupação.

Os terríveis destinos de pobres, como Maria Anunciada e seus irmãos, parecem conhecidos para a maioria das pessoas. Esse destino, aliás, é frequentemente

mostrado na mídia, não deixando, portanto, que as pessoas que vivem em situações mais favoráveis desconheçam essa triste realidade.

A reflexão sobre essa realidade, no decorrer dos anos, fez muitas pessoas escreverem livros sobre a pobreza, seus motivos e implicações. Alguns têm uma visão de 360° e oferecem ideias amplas de políticas e soluções, muitas vezes, envolvendo medidas econômicas. Outros se aproximam muito das vítimas da pobreza e descrevem suas dificuldades e sofrimentos.

Nosso foco volta-se para os pobres e minorias que necessitam e desejam ajuda para transformar sua condição social. Surgem várias perguntas que irão ser respondidas ao longo desta aula, a saber: Quem são os pobres? Quantos eles são? Onde eles moram? Por que eles são pobres?

QUEM E QUANTOS SÃO OS POBRES?

“A pobreza não produz infelicidade: ela produz degradação”.
George Bernard Shaw – dramaturgo inglês.

Os governos estão interessados em medir a pobreza por alguns motivos, a saber: para mensurar seu percentual na população e nos diferentes grupos, para saber se a pobreza está aumentando ou diminuindo e, talvez o mais importante, para dar uma direção às estratégias de redução da pobreza.

O Banco Mundial afirma que uma pessoa é considerada pobre se seu nível de renda ou de consumo estiver abaixo de um nível mínimo necessário para suprir as necessidades básicas. Esse nível mínimo é chamado de linha de pobreza. Como as necessidades básicas variam com o tempo e entre as sociedades, as linhas de pobreza variam no tempo e no espaço. Cada país usa uma linha que é adequada ao seu nível de desenvolvimento, normas sociais e valores. As informações sobre renda e consumo são obtidas por meio de pesquisas por amostragem em residências, realizadas com regularidade na maioria dos países (KOTLER; LEE, 2011).



VOCÊ SABIA?

No Brasil, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) afirma que 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média. No entanto, 16 milhões de indivíduos ainda permanecem na pobreza extrema.

São pessoas tão desamparadas e excluídas que não conseguiram se inscrever, até mesmo, em programas sociais, como o Bolsa Família, e não acessam os serviços essenciais como água, luz, educação, saúde e moradia.

Ao estimar a pobreza mundial, é preciso usar uma mesma referência de pobreza para obter uma unidade comum a todos os países. Desde 2005, o Banco Mundial tem usado linhas de referência de renda diária de US\$ 1,25 e US\$ 2 por pessoa. O economista Jeffrey Sachs (2005), autor do livro *O Fim da Pobreza*, diferencia e descreve três graus de pobreza: extrema, moderada e relativa. Para cada uma delas, aplicam-se as linhas de referência do Banco Mundial para estimar o tamanho de cada grupo.

Os que se encontram em pobreza extrema são as famílias que não conseguem satisfazer as necessidades básicas de subsistência. Esses são cronicamente famintos, sem acesso a cuidados de saúde, à água potável e ao saneamento, não têm como custear a educação de alguns ou de todos os seus filhos e talvez nem tenham um abrigo rudimentar e artigos básicos de vestuário, como sapatos. Usando os dados mais recentes do Banco Mundial, os economistas estimaram que 1,4 bilhões de pessoas vivem em pobreza extrema, com menos de US\$ 1,25 por dia.

As pessoas que estão na pobreza moderada, “mal conseguem suprir suas necessidades básicas”. Essas pessoas não acessam as condições de vida que costumeiramente são consideradas garantidas, como educação e cuidados de saúde. O menor infortúnio (problemas de saúde, perda de emprego, catástrofes naturais, seca, inflação) ameaça sua sobrevivência ou pode fazê-los cair no nível de pobreza extrema. Definem-se os pobres moderados como as pessoas que recebem entre US\$ 1,25 e US\$ 2 por dia. Seu número é estimado em 1,6 bilhões de pessoas.

Uma família em pobreza relativa possui nível de renda abaixo de uma determinada proporção da renda nacional, o que reflete a distribuição de renda em cada país. Os relativamente pobres, nos países de alta renda, não têm acesso a bens culturais, diversão, recreação e a cuidados de saúde social. Eles também podem estar recebendo menos atenção, pois a atenção das políticas públicas dirige-se para resolver o problema da pobreza extrema e da moderada, nas quais o sofrimento é mais óbvio. Embora não haja estimativas globais em relação aos pobres relativos, não seria de surpreender se houvesse mais de um bilhão de pessoas nesta categoria, fazendo com que o número total de pobres no mundo chegasse aos quatro bilhões.

CONCEITOS DE POBREZA

Apresentamos, a seguir, cinco definições de pobreza que usualmente são

utilizadas para efeito de elaboração de projetos sociais (KOTLER; LEE, 2011):

1. Conceito absoluto - desde 2005, o Banco Mundial conceitua as pessoas que vivem na pobreza extrema como as que ganham menos de US\$ 1,25 por dia e as que vivem em pobreza moderada como as que ganham entre US\$ 1,25 e \$ 2 por dia.
2. Conceito baseado na alimentação - demarca uma fronteira indicando que o nível de renda para a obtenção suficiente de alimentos para uma família de quatro pessoas deve ser de pelo menos US\$ 19.991 ao ano, porque a família precisa gastar US\$ 6.663 para conseguir uma quantidade adequada de alimentos. Essa família de quatro pessoas será definida como pobre se ganhar menos de US\$ 19.991 por ano. Essa medida tem sido usada historicamente nos Estados Unidos, mas não pela maioria dos outros países.
3. Conceito do índice de pobreza humana - o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) define o índice de pobreza humana baseado em quatro fatores: a probabilidade de uma pessoa não ultrapassar os 60 anos, a taxa de analfabetismo funcional, o desemprego de longo prazo e a população que vive com menos de 50% da renda média nacional.
4. Por situação - a Organização das Nações Unidas (ONU) conceitua a pobreza como “uma condição humana caracterizada pela privação crônica ou contínua de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para desfrutar de um padrão adequado de vida e de outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais”.
5. Conceito por localização - em algumas áreas, existe, devido às condições adversas, maior número de pobres. Nas aldeias da África, da Ásia e da América Latina, por exemplo, são encontrados milhares; um outro exemplo é o que acontece em todos os locais onde pouco se cultiva e onde existem poucas indústrias. Além desses locais, nas zonas rurais, os pobres vivem em pequenas comunidades que estagnaram em consequência de seca ou desativação de indústria, lá existem poucas oportunidades de emprego. E em áreas urbanas, os pobres vivem em pobreza relativa ou, nos piores casos, em favelas

superlotadas sem saneamento.

Descoberto o véu que guarda esses múltiplos conceitos de pobreza, o tópico seguinte discutirá sobre ações que podem ser implementadas como soluções para a transformação social dos pobres excluídos.

TÓPICO 2

Transformação social: um caminho para todos

OBJETIVOS

- Conhecer as diversas explicações dadas por décadas sobre a persistência da pobreza
- Conhecer as propostas de especialistas para a redução da pobreza

“A melhor coisa que se pode fazer pelo próximo não é apenas dividir com ele suas riquezas, mas revelar-lhe as dele mesmo.”
Benjamin Disraeli – escritor e político britânico.

Algumas pessoas pensam sobre como ajudar os pobres a superar a situação de pobreza; essas pessoas reconhecem que a pobreza assume muitas formas e, portanto, é necessário medidas contra a pobreza. Neste tópico, serão abordadas as numerosas explicações que foram dadas ao longo das décadas para justificar a persistência da pobreza por toda a história humana, a saber (KOTLER; LEE, 2011, p. 47):

- Sempre haverá pessoas com deficiência como pouca inteligência, fraqueza, saúde ruim ou vícios que as condenarão a uma vida de pobreza.
- Muitas famílias têm mais filhos de que podem sustentar e isso as empobrece.
- Uma cultura de pobreza se estabelece em um grupo de pessoas que não adota os valores e as normas da sociedade mais ampla.

- A pobreza resulta do rompimento de famílias nas quais as crianças nascem fora do casamento e não são sustentadas pelo pai.
- A pobreza persiste por causa do fracasso das instituições sociais em proporcionar boa educação, habilidades com valor comercial, boa moradia e modelos positivos.
- A pobreza é o resultado de discriminação de casta, classe, raça e etnia que limita as oportunidades disponíveis a determinados grupos.
- A pobreza é o resultado da incapacidade da economia de gerar um número suficiente de empregos com bons salários diante da mudança das habilidades necessárias e da desindustrialização.
- A pobreza é o resultado de catástrofes naturais (terremotos, furacões e colheitas ruins) e de guerras.
- A pobreza é o resultado da superconcentração de riquezas nas mãos de poucos e de instituições e leis que favorecem e protegem os ricos.
- A pobreza é o resultado da governança fraca e da corrupção que retarda o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Entre o absurdo e a realidade, cada explicação tem seus partidários e implica políticas e soluções diferenciadas. Não é de surpreender que haja tanta controvérsia e desacordo em relação aos programas antipobreza propostos pelos diversos governos e partidos. Os instrumentos para lutar contra a pobreza incluem métodos diferentes relacionados à defesa de uma causa, serviço social, educação, legislação, serviço voluntário, caridade e organização comunitária.

ESTRATÉGIAS PROPOSTAS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

Os especialistas que estudaram as causas e as condições da pobreza propuseram quatro caminhos estratégicos principais e bem diferentes para a redução da pobreza: estratégia de crescimento econômico, estratégia de redistribuição, ajuda estrangeira maciça e controle populacional.

A) ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Muitos consideram que a tarefa de redução da pobreza consiste em aumentar a taxa de crescimento econômico por meio de investimentos sólidos e criação de empregos. Por exemplo, entre 2000 e 2006, o Brasil e o México tiveram um crescimento econômico significativo. Como resultado, está surgindo a mais nova classe média baixa nesses países. As pessoas têm um pouco mais de dinheiro para

gastar e isso está impulsionando o crescimento de um mercado de consumo de massa. Claramente, o aumento da taxa de crescimento econômico poderá reduzir o número de pobres que vivem abaixo da linha de pobreza.

Esta estratégia de empregar medidas para aumentar o ritmo do crescimento econômico seria de alguma ajuda para os pobres. Mas nunca fica claro quanto da riqueza criada seria dirigida para os pobres. No caso da China, a alta taxa de crescimento econômico realmente tirou da pobreza milhões de pessoas. Os milhões de empregos criados pela construção de fábricas e de apartamentos atraíram muitas pessoas que estavam interessadas em trabalho e salário das áreas rurais para as áreas urbanas, como Pequim e Xangai. Ao mesmo tempo, o número de bilionários na China aumentou e eles retiveram boa parte da riqueza criada como uma recompensa pelos riscos que assumiram. O crescimento econômico por si só normalmente não reduz a extrema pobreza se não houver outras medidas, como a construção de mais escolas e instalações de unidades de saúde.

B) ESTRATÉGIA DE REDISTRIBUIÇÃO

Outros especialistas afirmam que é preciso implementar uma segunda estratégia para garantir que os ricos assumam uma responsabilidade maior na criação de escolas, instalações de unidades de saúde e outras instituições e serviços necessários para ajudar os pobres a viver melhor. Para esses especialistas, o rápido crescimento econômico funcionaria bem se combinado com a redistribuição da renda. É óbvio que, se os impostos sobre a riqueza forem altos demais, haverá um desestímulo a investimentos e tomada de riscos e, por consequência, uma redução na taxa de crescimento econômico. É evidente que é preciso equilibrar cuidadosamente os interesses dos ricos e dos pobres.

C) AJUDA ESTRANGEIRA MACIÇA

Algumas pessoas argumentam que os países pobres nunca poderão ter um crescimento econômico rápido o suficiente e empreender a redistribuição necessária para ajudar a maioria dos seus próprios pobres sem a ajuda dos ricos para garantir alívio e alavancar o desenvolvimento econômico.

Essa terceira estratégia, a da ajuda estrangeira maciça, é fortemente defendida por Jeffrey Sachs (2005). Para ele, as nações mais ricas do mundo deveriam lançar programas de ajuda, como o realizado pelo Plano Marshall, a fim de ofertar aos pobres opções para escapar da pobreza.

Muitos críticos argumentaram que isso seria uma contenção temporária e insuficiente do problema, que não seria sustentável nem adotada de modo prático pelos países ricos. Além disso, não está claro quais países estão incluídos no conjunto de nações “ricas”. Os Estados Unidos, com uma dívida nacional de US\$10 trilhões (2009), sem mencionar os programas insuficientes de saúde e de previdência social, têm muitas necessidades próprias a cobrir. A União Europeia também tem grandes dívidas. A China não pretende assumir mais dívidas para ajudar os Estados Unidos a participar do Plano Marshall. O colapso financeiro de 2008 tornou ainda mais difícil imaginar que o Ocidente venha a ajudar alguns dos países mais pobres do mundo.

Kotler e Lee (2011), William Easterly, Paul Collier e outros críticos sugerem que, em alguns casos, a ajuda estrangeira acarretará mais problemas do que soluções. Em primeiro lugar, ela aumenta a dependência dos pobres, que são poupados de trabalhar a fim de encontrar uma solução permanente para seus problemas. Os críticos argumentam que ajudar os pobres cria uma “cultura da pobreza” que persiste de uma geração para outra, provocando um ciclo vicioso. Em segundo lugar, a ajuda estrangeira sob a forma de distribuição gratuita de alimentos tem prejudicado os agricultores nos países pobres, que trabalham para cultivar alimentos, mas não recebem o suficiente quando esses alimentos são distribuídos gratuitamente. Em terceiro lugar, grande parte da ajuda estrangeira não tem chegado aos destinatários pobres. William Easterly apud Kotler e Lee (2011) afirma que os US\$23 trilhões de ajuda estrangeira nas últimas cinco décadas chegaram aos tiranos no Zaire, Sudão e Paquistão e raramente foram usados para comprar os remédios baratos e outras provisões para crianças e pobres. Paul Collier apud Kotler e Lee (2011) cita um estudo que rastreou o dinheiro liberado pelo Ministério das Finanças



VOCÊ SABIA?

Conceitua-se o Plano Marshall como o programa de recuperação europeia, lançado em 1947, pelo secretário de Estado norte-americano George C. Marshall, com o objetivo de reconstruir, com ajuda financeira dos EUA, a economia da Europa Ocidental destruída pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial (SANDRONI, 2002).



VOCÊ SABIA?

Atualize-se sobre o colapso financeiro mundial e seus impactos no Brasil e no Mundo, acessando o texto “A crise financeira sem mistérios: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais” do economista Ladislau Dowbor no endereço: <http://dowbor.org/crisessemisterios8.pdf>

do Chad para financiar clínicas de saúde rurais. A corrupção impediu que 99% dos recursos chegassem ao destino pretendido. Collier afirma que os elaboradores dos planos têm pouca experiência ou controle sobre a sua distribuição.

D) CONTROLE POPULACIONAL

Outros destacam que as famílias pobres têm, proporcionalmente, mais filhos do que as famílias ricas e que isso ajuda a mantê-las pobres. Eles desejam medidas de longo alcance para promover o planejamento familiar. Essas medidas podem ir desde o estímulo ao uso de pílulas anticoncepcionais e preservativos até a concessão de incentivos e pagamentos às mulheres que não engravidarem, ou ao extremo de restringir legalmente as famílias a apenas um filho, como ocorre na China. Assim, as medidas podem ir de voluntárias a obrigatórias. Os que defendem as medidas voluntárias preferem usar o termo “planejamento familiar” em vez de “controle de natalidade”.

Diversos fatores podem ajudar a diminuir a taxa de crescimento populacional, como nível de escolaridade mais elevado das mulheres, mais oportunidades de emprego, maternidade postergada e mudança para áreas urbanas.

Essas propostas são soluções que permeiam o conteúdo de políticas públicas em todo o Mundo e não são únicas e exclusivas a alguns territórios. Em maior ou menor grau essas ações são desenvolvidas de acordo com as especificidades das regiões. No entanto, um agente comum a maioria dos casos é o voluntário. Desse modo, a próxima aula tratará da temática do voluntariado.

AULA 3

A via do voluntariado

*“Mesmo que soubesse
que o mundo se desintegraria amanhã,
ainda assim plantaria a minha macieira.”*

(Martin Luther King – líder anti-racista norte - americano).

Prezado(a) aluno(a),

Após ter estudado sobre a importância da elaboração de cenários e compreendido as causas e soluções da pobreza e exclusão social, convido-o(a) a percorrer a trilha do conhecimento sobre o trabalho voluntário e os impactos positivos que este pode provocar na execução de um projeto social, bem como a materialização desse trabalho nas denominadas organizações do terceiro setor.

O voluntariado como uma via possível de intervenção a favor das minorias e dos excluídos se concretiza à medida que a ideia de intervenção é mobilizada pelo potencial voluntário que habita no ser humano. Para o espírito voluntário, não basta tomar conhecimento de uma realidade adversa, é preciso intervir nessa realidade. Desse modo, o “fazer pelo outro” toma espaço no coração, na mente e na ação do indivíduo. Mas como fazê-lo de modo crítico e transformador?

O tema desta aula procura responder a esta questão, ele foi pensado para que as ações voluntárias previstas na elaboração do projeto social estejam preenchidas de vontade, motivação e criticidade. Para tratar desse assunto, então, serão apresentados dois tópicos que tratarão do papel do Estado e da solidariedade, a partir da reestruturação produtiva que ocorreu em nossa sociedade e da emergência do voluntariado.

Objetivos

- Conhecer os principais conceitos relativos ao terceiro setor e ao trabalho voluntário
- Entender a lei que rege o trabalho voluntário no Brasil
- Compreender a ligação entre o voluntariado e o projeto social que dará sentido à transformação social

TÓPICO 1

Reestruturação produtiva da sociedade e a solidariedade nas políticas sociais

OBJETIVOS

- Conhecer as origens da reestruturação produtiva, o novo papel do Estado e seus impactos na sociedade moderna
- Conhecer, criticamente, a importância da mobilização da “sociedade civil” em prol da solidariedade e da construção do terceiro setor

O ESTADO E A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR

A expansão do capitalismo contemporâneo, pautada nos princípios neoliberais, ampliou o contingente de indivíduos excluídos do processo de desenvolvimento, exacerbando o surgimento de pessoas desamparadas e necessitadas.



VOCÊ SABIA?

A refilantropização das políticas sociais se caracteriza pela fundamentação moral e a ajuda ao necessitado, deixando de ser direito e se constituindo como auxílio ao outro.

Esse cenário trouxe como consequência direta a criação de diversos modos ou tipos de trabalhos que procuram dar respostas às necessidades sociais. Surge, assim, o trabalho voluntário que visa à solidariedade e à inserção da sociedade civil, “tanto na dimensão do controle, quanto na configuração de novas culturas em relação ao trabalho social” (UNISINOS apud PEREIRA FILHO et al., 2009, p. 185).

No âmbito das políticas sociais, sobretudo aquelas referentes à assistência social, constata-se a subordinação do social aos interesses do capital financeiro. Como consequência dessa subordinação, o social se refilantropiza.

Para compreender a constituição das políticas sociais e o papel do voluntariado na contemporaneidade, faz-se necessária uma breve explanação histórica sobre o Estado e as políticas públicas.

Segundo Pereira Filho et al. (2009), na década de 20, o capitalismo, sustentado por ideias liberais, evidenciou a maior crise do século. A estrutura de

mercado de concorrência perfeita foi substituída pela estrutura monopolista. Tal fato culminou, em 1929, no colapso da crise do liberalismo clássico denominado “A Grande Depressão”. “O postulado do liberalismo não mais conseguiu explicar e muito menos propor alternativas para saída da crise.” Para superar essa crise, o Estado interveio no mercado, reduzindo o desemprego, aumentando a produção e fornecendo condições para a criação do Estado de Bem-Estar ou Welfare State. O Welfare State teve como objetivo a correção das desigualdades, da pobreza e da perda de renda. Tal objetivo teve sua consolidação após a Segunda Guerra e permitiu minimizar as desigualdades oriundas da etapa de crescimento capitalista e concentração industrial, sob a hegemonia do capitalismo norte-americano (REIS apud PEREIRA FILHO et al., 2009, p. 186).

Na década de 70, iniciou-se a chamada “crise fiscal do Estado” nos países capitalistas desenvolvidos, ou seja, o modelo baseado no bem-estar que regulava a acumulação através de mecanismos estatais entrara em declínio. O processo inflacionário juntamente com a diminuição da capacidade de arrecadação ocasionou a crise deste modelo. A diminuição de recursos para custeio das políticas públicas na área social foi inevitável. Houve o crescimento do fenômeno da financeirização, reestruturando o modo de produção, principalmente, na substituição da mão de obra pelo trabalho das máquinas, dando início a chamada revolução tecnológica.

Nesse período ainda, devido ao crescimento dos déficits públicos e à recessão mundial, agravou-se a crise do petróleo. Em 1989, as medidas que propunham restrições às economias centrais, como o controle da inflação e adoção de uma política monetária atrativa para os grandes investimentos internacionais foram criadas e sintetizadas pelo Consenso de Washington.



SAIBA MAIS!

Segundo Paulo Sandroni (2002, p. 421), o neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Estruturou-se no final da década de 30 por meio das obras do norte-americano Walter Lippmann, dos franceses Jacques Rueff, Maurice Allais e L. Baudin e dos alemães Walter Eucken, W. Röpke, A. Rüstow e Müller-Armack. [...] No plano social, o neoliberalismo defende a limitação da herança e das grandes fortunas e o estabelecimento de condições de igualdade que possibilitem a concorrência.

Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial.



VOCÊ SABIA?

O Consenso de Washington foi o resultado de reuniões dos economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C. no início dos anos 90. Dessas reuniões, surgiram recomendações dos Países Desenvolvidos para os Países em Desenvolvimento (PEDs), para que estes adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um estado com o mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com o mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal. Isso resultou no êxito do combate à inflação nos países que atingiram níveis máximos de inflação na década de 80. Porém, no plano social, as consequências foram funestas. Um misto de desemprego, recessão e baixos salários combinados com um crescimento econômico insuficiente se abateram nos PEDs, com exceção da China que não seguiu a cartilha do Consenso (SANDRONI, 2002).

Nos anos 80, essa crise tornou-se aguda, expressando-se nas pequenas taxas de crescimento econômico, na inflação crescente e no aumento da pobreza inclusive nos países da Europa e Estados Unidos. Tal fato ocasionou ainda mais cortes dos gastos na área social, pouca focalização das políticas públicas e a privatização, constituindo, assim, a proposta de Estado mínimo (diminuição do papel do Estado na economia e na prestação dos serviços públicos).

O discurso neoliberal preconizou, neste contexto, o direito à liberdade individual como incentivo às ações de caráter privado de interesse público por conceber a impossibilidade do Estado de arcar com os interesses públicos da nação. Com esse incentivo do capital individual às ações públicas, ocorreu uma distribuição regressiva das riquezas. Ressurgiram os conflitos entre etnias, religiões, raças, nacionalidades como resposta à padronização e à homogeneização cultural promovida pela globalização neoliberal, além da má distribuição econômica e a

evidente desigualdade social (ARRUDA JR. apud PEREIRA FILHO et al. 2009).

Visando à reconstrução do mercado, o neoliberalismo reduziu ou até eliminou a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. A nova modalidade de resposta à “questão social”, elaborada pelo projeto neoliberal, pretendeu acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial.

O domínio neoliberal aumentou a escalada de pobreza em consequência

desse modelo de ajuste estrutural, ao mesmo tempo, procurou mobilizar a “sociedade civil”, através do chamado “terceiro setor”, para o trabalho voluntário na perspectiva da solidariedade.

Segundo Pereira (2003, p. 87), na década de 80, com a ascensão dos governos conservadores na Europa e nos Estados Unidos, foi adotada uma agenda de reformas ou contra-reformas. Nesta agenda, se destacou a esfera privada em detrimento da esfera pública, tanto para o mercado quanto para o “setor voluntário”. No Brasil, esse processo tendeu a inviabilizar as conquistas da Constituição Federal de 1988, que garantia importantes direitos políticos e sociais.

A partir dessa constatação, um questionamento assola o nosso pensamento: qual seria, então, a função do voluntariado? Seria uma ação realmente necessária à sociedade? Para refletir!



VOCÊ SABIA?

Para Bobbio (1987), o conceito de “sociedade civil” é costumeiramente utilizado para caracterizar a dicotomia entre Estado e sociedade civil, apesar de um não poder vir separado do outro. No entanto, o uso do termo “sociedade civil”, na contemporaneidade, sobretudo pelos neoliberais, confunde-se com “terceiro setor”. A sociedade civil se identifica com as organizações e iniciativas privadas que têm por finalidade prestar serviços públicos, substituindo o Estado no enfrentamento das questões sociais.



VOCÊ SABIA?

Conforme o artigo 194 da Constituição Brasileira, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (PEREIRA, 2003).

TÓPICO 2

O novo voluntariado social

OBJETIVOS

- Compreender os conceitos de filantropia e de voluntariado
- Conhecer as principais motivações do novo voluntariado social

A AÇÃO VOLUNTÁRIA

A filantropia identificada com a ação social da caridade cristã tem sua origem no século XVIII, caracteriza-se como uma virtude social exercida pelos “bem-nascidos”, direcionada àqueles que necessitam de ajuda. Pautadas na ajuda ao próximo, a caridade e a filantropia, em suas formas originais, diferenciam-se quanto à relação estabelecida com o espaço público e com os sujeitos dessas ações. Na caridade, presencia-se o anonimato e a abdicação de quaisquer ganhos; enquanto na filantropia, ocorre o enaltecimento público e a competitividade entre os filantropos. Ambas dão suporte ao surgimento das instituições de caráter assistencial direcionadas aos pobres e têm como sujeito da ação, o voluntário (DUPRAT apud SILVA, 2009).

A ação social voluntária é, portanto, uma prática antiga que ainda persiste. O surgimento do movimento operário internacional e do Welfare State, nos séculos XIX e XX, alteraram os padrões de atenção dados aos pobres e introduziram formas de engajamento social.

No século XXI, a ampliação das formas de ação social representa uma grande multiplicidade de expressões manifestada nas esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil para a organização da vida social no capitalismo. Nestas três esferas, a presença do voluntário é uma constante na realização de ações não mais voltadas apenas ao atendimento aos pobres, como também voltadas a iniciativas nas áreas de educação, saúde, cultura, defesa de direitos, ambiente, esporte, arte e lazer. Assim, a releitura do voluntariado como o “Novo Voluntariado Social” tem uma ampla

agenda de questões, tipos de organização, modos de intervenção social, exigindo a atenção de diferentes campos profissionais e das mídias (SILVA, 2009).

Esta nova perspectiva possibilitou considerar o voluntário um “ator de fronteira”, ou seja, alguém que trabalha para o bem-estar do outro e de si mesmo em diversas iniciativas, devido à sua inclinação aos particularismos, à sua busca de satisfação de alguma carência e à ausência de uma perspectiva ampla de mudança social.

Uma das fundamentações dessa ideia (ator de fronteira) advém da análise da relação utilitária que os indivíduos estabelecem com a sociedade, transformando a esfera pública em um mercado de trocas; onde as necessidades, inclusive as que habitam as subjetividades, são reificadas, ou seja, transformadas em mercadorias e objetos de consumo.

AS MOTIVAÇÕES DO NOVO VOLUNTARIADO SOCIAL

No Brasil, a Lei 9.608 regulamentou as ações do voluntariado, tornando praticamente rotineira sua inserção nos serviços direcionados à questão social. Com crescimento vertiginoso na última década, o número de voluntários em 2005, segundo o IBGE, superou 19 milhões. No entanto, quando verificado o tempo dedicado a essas ações, o Portal do Voluntariado, em 2009, indicou que são destinadas em média 74 horas/ano por indivíduo à ação voluntária.

Os dados sobre o voluntariado indicam que, em 2004, no Brasil, eles possuíam alto índice de escolaridade, incluindo 23% de pós-graduados. Nas grandes capitais, não havia grande diferença entre o número de homens (47%) e mulheres (53%) que se voluntariavam. Segundo o Portal dos Voluntários, 31% encontravam-se entre os 18 e 34 anos, esse número ganhou um crescimento de mais de 20% nos últimos cinco anos (INSTITUTO IPSOS MARPLAN apud SILVA, 2009).

Atualmente, as ações voluntárias nem sempre se encontram diretamente mediadas por um “outro” que demanda a ação, além disso, nem sempre a ação realizada implica continuidade. Pesquisa de Landim e Scalon (2005) indica que



GUARDE BEM ISSO!

Os objetos de consumo são mais ou menos duráveis de acordo com a possibilidade de exibi-lo e de receber estima por eles, como fazia os filantropos séculos atrás [...]. A abdicação da caridade é substituída em nossos dias por certo tipo de engajamento para cuja produção se soma as mídias, os estrategistas de marketing, os estímulos fiscais, as instituições formativas, os pop star, compondo um enorme contingente de pessoas e organizações que formarão o novo voluntariado social (SILVA, 2009, p. 87).

53% dos voluntários realizam serviços de limpeza e infra-estrutura; 15% captam recursos; 14% desenvolvem ações ligadas à religiosidade. Outros 18% estão vinculados a atividades de ensino, apoio emocional, aconselhamentos, cuidados e outros serviços profissionais (LANDIM ; SCALON apud SILVA, 2009).

A ação voluntária é traduzida pelos mais diferentes grupos de pessoas como “novas experiências, oportunidades, aprendizado, autoestima, vínculos de pertencimento, reconhecimento social e afirmação do sentido para a vida. Tais experiências transformam o novo voluntariado social no exemplo contemporâneo da reedição da economia das trocas simbólicas amplamente estudadas na Sociologia e na Antropologia Cultural” (SILVA, 2009, p. 88).

Estudos especializados no entendimento das motivações dos indivíduos que compõem o voluntariado social em determinadas organizações têm encontrado canais diferenciados de alternativas, de acordo com variáveis de idade, gênero, escolaridade e posição sócio-ocupacional, dentre outros.

O Quadro 1 ilustra as principais motivações que levam um indivíduo a ser voluntário:

| Motivações do Trabalho Voluntário | | | | |
|---|---|---|---|--|
| Assistencial | Humanitária | Política | Profissional | Pessoal |
| Predomina o desejo de ajudar o outro. O outro é entendido como alguém que sofre algum tipo de carência. | Manifesta-se como o desejo de contribuir para o outro, considerando-o como um semelhante. | Baseada na busca de um exercício de cidadania que contribua para que o outro, um excluído, se emancipe. | Pautado na busca de experimentação de conhecimentos escolares e de experiência profissional, onde o outro é objeto da ação. | O crescimento individual ou a busca de aperfeiçoamento de si mesmo é buscado através do outro. |

Quadro 1 – Motivos que influenciam a prática do voluntariado.

Fonte: Silva (2009).

Estas categorias foram sugeridas a partir de pesquisas com grupos sociais de distintas posições na divisão sócio-ocupacional do trabalho sem diferenciação quanto ao gênero e à religião, pertencentes, sobretudo, às classes médias urbanas.

Outros estudos, inclusive de maior repercussão existem, sobre as motivações do voluntariado. Segundo Maximiano (2002), o psicólogo Abraham Maslow tornou-se o autor de uma das mais conhecidas teoria sobre motivação que se fundamenta

na ideia das necessidades humanas. Maslow desenvolveu a teoria de que as necessidades humanas dispõem-se numa hierarquia complexa e estão divididas em cinco grupos retratados, a saber:



Figura 1 – Pirâmide da hierarquia das necessidades de Maslow.

No estudo realizado por Souza e Carvalho (2004), utilizou-se a escala motivacional de Abraham Maslow em pesquisa junto a Pastoral da criança, no Rio Grande do Norte. Estes autores indicaram a existência de duas motivações principais entre as voluntárias do projeto, quais sejam (SOUZA ; CARVALHO apud SILVA, 2009):

- Desenvolvimento interpessoal: relacionado ao aumento de autoestima, formação de laços de amizade e companheirismo e o aumento da qualidade de vida;
- Contribuição social: relacionado às possibilidades de promover transformações na comunidade.

Questões relacionadas aos aspectos de aperfeiçoamento pessoal ou de interação, com vistas à ampliação da autoestima, são encontradas também no estudo realizado por Sampaio (2007) em uma ONG de origem religiosa. O autor identificou a busca de “consistência interna” e a melhora da autoimagem, como motivações predominantes em seu estudo (SAMPAIO apud SILVA, 2009).

Silva (2009) destaca também o trabalho na área da saúde de Moniz e Araújo (2006), que identificaram seis motivações para a ação voluntária:

1. Expressão de valores - vinculada ao altruísmo.
2. Ajustamento social - vinculada às pressões do meio para a realização da ação.

3. Defesa do ego - relacionada à busca de auto-proteção.
4. Conhecimento - vinculada à prática e aquisição de saberes e habilidades;
5. Carreira - vinculada à valorização profissional.
6. Engrandecimento - vinculada a melhorias pessoais e da auto-estima.

Em outro estudo, o de Rubin e Torelli (1984), foi identificada a existência de dois polos quanto às motivações para a ação voluntária: o altruísmo absoluto e o egoísmo absoluto. Estes autores afirmaram que:

Entre esses pólos se encontraria um altruísmo relativo, passível de contemplar um leque mais amplo de motivações representado pelas modalidades de gratificação possibilitadas pela ação voluntária, caracterizadas pela possibilidade de benefícios coletivos; pela busca de prazer e de reconhecimento; pelo aumento de capital humano e cultural, e, por fim aquela que representa a gratificação pessoal pelo auto-sacrifício (RUBIN; TORELLI apud SILVA, 2009, p. 90).

A partir dessa classificação mais relativizada, é possível reunir o conjunto de motivações até aqui apresentadas. Considerando a presença do altruísmo relativo e o egoísmo absoluto, o novo voluntariado social pode ser visto como fenômeno multifacetado, pois permite aos indivíduos inúmeras formas de vinculação da ação voluntária ao longo da sua existência.

Na próxima aula, abordaremos como a ação voluntária pode ser mais bem executada e profissionalizada quando se elabora um projeto social para atingir os objetivos dessa ação. Até breve!

AULA 4

Elaborando o projeto social

*“Daqui a duzentos ou trezentos anos,
ou mesmo mil anos – não se trata de exatidão –
haverá uma vida nova....”
(Anton Tchekhov – escritor russo).*

Prezado(a) aluno(a),

Esperamos que as três aulas anteriores tenham contribuído com sua formação crítica, despertando os motivos que nos conduzem à ação transformadora na sociedade. Caminhando para finalização desta disciplina, convidamos-o(a) ao estudo sobre a estruturação do projeto social que servirá como bússola para a execução consciente e monitorada de uma dada ideia, que tomará a forma de uma ação carregada de sentido transformador na construção de um mundo melhor.

O conteúdo desta aula tem como finalidade orientá-lo, bem como habilitá-lo à construção de um projeto social. Para tanto, serão apresentados dois tópicos que, didaticamente, apresentarão o conceito de projeto social, diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação do projeto.

Objetivos

- Conceituar projeto e projeto social
- Compreender os fundamentos do projeto social
- Conhecer as partes constituintes e a importância de cada uma na construção do projeto social

TÓPICO 1

Conceituando projeto e projetos sociais

OBJETIVOS

- Conhecer os conceitos relativos ao projeto e projeto social
- Compreender os fundamentos do projeto social

“O futuro é construído pelas nossas decisões diárias, inconstantes e mutáveis, e cada evento influencia todos os outros”.
(Alvin Toffler – futurólogo norte-americano).

Os projetos podem ser muito diferentes e variados, tanto no que se relacionam aos objetivos como as suas metodologias de implementação. De modo geral, podemos afirmar que um projeto é um avanço das ações a serem realizadas para alcançar um dado objetivo. Ele deve ter uma estrutura interna própria que lhe permita atingir determinados objetivos.

O projeto é um plano de trabalho que reúne os elementos necessários para atingir os objetivos desejados. Tem por finalidade prever, orientar e preparar o caminho para o que se pretende fazer. Em qualquer projeto inclui-se (SERRANO, 2008):

- uma descrição daquilo que se quer alcançar, indicando com precisão a finalidade do trabalho;
- uma adequação do projeto às características do meio e às pessoas que o irão executar;
- os dados e as informações técnicas para o melhor desenvolvimento do projeto, bem como os instrumentos e ferramentas para o levantamento desses dados;

- a previsão de recursos mínimos (orçamento) para a aplicação do projeto;
- um cronograma preciso para o desenvolvimento do projeto.

Um projeto social, por ser também um projeto, apresenta todas essas características. Cury (2001) complementa que o projeto social deve ser compreendido a partir de três dimensões:



Figura 1 – Características do projeto social.

Por caráter lógico, entende-se que os conteúdos e passos do projeto sejam precisos, sistematizados em um encadeamento racional de seus elementos e de suas ações. Como um processo comunicativo, o documento do projeto deve ser o resultado de uma construção coletiva, por meio de um consenso quanto aos objetivos, estratégias e resultados. Além disso, deve convencer e informar sobre a importância e a necessidade de sua implementação. Como não é mais possível trabalharmos isoladamente, a cooperação e a articulação permitem o compartilhamento dos nossos sonhos com o “outro”, nossos parceiros e colaboradores. Isso aponta para a necessidade de desenvolver a capacidade do diálogo, do convencimento e da negociação, a capacidade de trabalharmos juntos, com nossas identidades e diferenças. Essas três dimensões são perpassadas pela dimensão pedagógica que trata de:

Descrever, analisar e sintetizar fatos e informações; saber comunicar-se, persuadir, convencer; compreender e operar nosso entorno social; reconhecer e aceitar diferenças; saber trabalhar em grupo de maneira participativa, tudo isso faz parte de um importante aprendizado social (CURY, 2001, p. 38).

Para Serrano (2008), o projeto social implica sempre:

1. Fazer uma reflexão rigorosa sobre um problema social concreto.
2. Conhecer as múltiplas necessidades existentes das situações problemáticas e, uma vez analisado e estudado o cenário social, escolher um problema concreto que necessite de solução viável.
3. Elaborar um plano de ação flexível, sistemático, reflexivo, original e criativo.
4. Considerar a execução do projeto, segundo a ótica de quem vive o problema, como o vive e que possibilidades vislumbram para a sua solução.

A elaboração de um projeto consiste em combinar fatores humanos, técnicos e financeiros para a obtenção de certos objetivos e metas que se estabelecem como hipóteses para resolver a situação diagnosticada dentro de um prazo determinado. Desse modo, os critérios básicos de avaliação são definidos com antecedência, em função das condições específicas que devem ocorrer para que o projeto atinja seus objetivos. A formulação do projeto consistirá, então, em ordenar toda a informação e as decisões disponíveis, de acordo com um esquema lógico de sequência de informação.

TÓPICO 2

Fases da elaboração do projeto

OBJETIVOS

- Conhecer as partes constituintes e a importância de cada uma na construção do projeto social

ELEMENTOS PRÉVIOS DO PROJETO

Formular um projeto significa responder a uma série de perguntas que darão sentido operativo as suas ações previstas, como apresentado no quadro 1:

| Questões que dão sentido operativo ao projeto | | |
|---|----------------|----------------------|
| O QUÊ | se quer fazer | Natureza do projeto |
| POR QUÊ | se quer fazer | Origem e fundamento |
| PARA QUÊ | se quer fazer | Objetivos |
| QUANDO | se quer fazer | Metas |
| ONDE | se quer fazer | Localização |
| COMO | se quer fazer | Atividades e tarefas |
| QUEM | o vai fazer | Recursos humanos |
| COM QUÊ | se vai fazer | Recursos materiais |
| COM QUÊ | se vai custear | Recursos financeiros |

Fonte: Serrano (2008).

Quadro 1 – Questões fundamentais para a elaboração do projeto

A natureza do projeto (o quê?) deve ser explicada pela definição de sua ideia central com uma breve caracterização e origem. Por exemplo, especificar se a ideia teve origem na inexistência de um serviço necessário na localidade.

A fundamentação (por quê?) especifica os antecedentes que foram levantados pelo diagnóstico, a justificativa doutrinária e a técnica que influenciou na escolha do processo de elaboração do projeto. Para tanto, deve-se elencar dados estatísticos relacionados às necessidades que o projeto tentará suprir, alguns elementos que justifiquem a estratégia escolhida e algumas soluções sobre a situação problemática.

Os objetivos (para quê?) são propósitos que se desejam atingir com a implementação da ação. Para tanto, deverão ser claros, realistas e factíveis.

As metas (quando? quanto?) são os objetivos qualificados e quantificados. Definir uma meta é determinar a quantidade que se quer atingir do objetivo e sua respectiva qualidade.

A localização (onde?) compreende a delimitação da área geográfica onde será executado o projeto. Deve ser considerada a organização em que será desenvolvido o projeto e o seu entorno.

A metodologia (como?) implica na definição das tarefas, normas e procedimentos para a execução do projeto. A descrição do processo deve incluir todas as etapas de execução com suas respectivas explicações.

O cronograma (quando?) estabelece uma visão conjunta das atividades a realizar, o momento em que deve iniciá-las e sua duração.

Os recursos humanos (quem?) representam a quantidade e a qualidade das pessoas (responsabilidades e funções) que serão necessárias para a execução das atividades do projeto.

Os recursos materiais (com quê?) contemplam a descrição detalhada da necessidade de instalações, materiais, equipamentos e instrumentos.

Os recursos financeiros (com quê?) incluem o orçamento e o financiamento do projeto. A transparência orçamentária é fundamental para avaliar a eficiência dos recursos financeiros.

A partir desses pressupostos, Serrano (2008) apresenta as seguintes fases de elaboração do projeto, a saber: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação.

FASES DO PROJETO

O DIAGNÓSTICO

Considerado como fase de vital importância no processo de elaboração do projeto, o diagnóstico permite localizar os principais problemas e tem como objetivo conhecer a realidade. Quanto mais preciso e profundo é o conhecimento da realidade existente antes da execução do projeto, mais fácil será determinar os impactos e as consequências das ações do projeto. Logo, para qualquer diagnóstico será preciso (SERRANO, 2008):

- Levantar as necessidades existentes;
- Elencar as prioridades;

- Reconhecer as causas que deram origem ao problema e que mantêm a situação de carência;
- Formular e delimitar o problema, ou seja, identificar o problema tal como ele é percebido e interpretado pelos indivíduos;
- Descrever a situação social e o contexto em que se manifesta o problema;
- Realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema objeto de estudo e concentração do projeto;
- Identificar o público-alvo do projeto;
- Levantar a necessidade de recursos;
- Determinar a localização do projeto.

Esta fase do projeto proporcionará os elementos necessários para mensurar os efeitos diretos e indiretos do projeto social, assim como o impacto que irá ter. Existe uma estreita ligação entre o diagnóstico e as outras fases do projeto.

O PLANEJAMENTO

Serrano (2008) aponta alguns elementos que são imprescindíveis ao processo de planejamento. Inicialmente, a autora afirma que o planejamento deve ser considerado a partir de duas dimensões, a saber:

1. Dimensão material: compreende os elementos do planejamento referentes ao que fazer.

2. Dimensão formal: impõe a necessidade de encontrar respostas às seguintes perguntas:

- Como se vai fazer?
- Onde se vai fazer?
- Como vai ser financiada?
- Quem vai realizar?
- Quem vai coordenar e supervisionar?

A seguir, serão apresentados os elementos do planejamento.

OBJETIVOS

Os objetivos de um projeto social são os propósitos que desejamos alcançar com a execução de uma ação planejada, definindo a natureza mais específica do projeto e fornecendo coerência ao plano de ação. Classificam-se em objetivos gerais e objetivos específicos.

Os objetivos gerais são propósitos mais amplos que definem o quadro de referência do projeto. Admitem várias interpretações e não são diretamente observáveis. Neste sentido, por exemplo, para formular objetivos gerais costuma-se aplicar os seguintes verbos: conhecer, analisar, avaliar, compreender etc. (ESPINOZA apud SERRANO, 2008).

Por sua vez, os objetivos específicos são mais concretos que os objetivos gerais e destacam de forma precisa aquilo que se quer alcançar com o desenvolvimento do projeto. Para formulá-los, é necessário utilizar verbos de ação e ter a certeza da viabilidade de cada objetivo e sua forma de realização. Destacam-se alguns verbos que podem ser utilizados para criar os objetivos específicos, como: planejar, identificar, enumerar, resolver, classificar, comprovar, diferenciar, comparar, calcular, decidir, ordenar, etc. (SERRANO, 2008).

METODOLOGIA

“A metodologia desempenha um papel essencial no desenvolvimento de qualquer projeto social, uma vez que os resultados finais estão condicionados pelo processo, pelo método e pelo modo como se obtiveram os resultados” (SERRANO, 2008, p. 47).

Dessa forma, uma descrição consistente da metodologia implica na definição de tarefas, de normas e de procedimentos necessários à execução do projeto social. Para isso, os passos técnicos ou as etapas de execução do projeto devem ser enumerados e explicados.

ATIVIDADES

Na área da animação sociocultural, podem realizar-se várias atividades. Estas se classificam em cinco categorias que, por sua vez, incluem uma diversidade de ações socioeducativas e culturais, a saber (ANDER-EGG apud SERRANO, 2008):

| | |
|--|--|
| 1. Formação | Atividades que favorecem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento crítico e reflexivo da razão. Ex.: cursos, educação de adultos, seminários, debates, círculo de cultura, ateliers, etc. |
| 2. Difusão | Atividades que possibilitam o acesso a determinados bens culturais. Ex.: patrimônio herdado (museus, monumentos históricos, bibliotecas, galerias de arte, videotecas) e cultura viva (contação de histórias). |
| 3. Artísticas (não profissionais) | Atividades que favorecem as formas de iniciação ou de desenvolvimento das linguagens criativas e da capacidade de inovação e busca de novas formas expressivas. Ex.: artesanato, arte popular, artes visuais, artes cênicas, dança, música e canto, literatura e novas mídias. |
| 4. Lúdicas | Atividades físicas, desportivas e ao ar livre que contribuem para o desenvolvimento físico e corporal. Ex.: diversão ao ar livre, proteção da natureza e do meio ambiente, excursões, jogos, ginástica, educação física, desportos, ioga, <i>t'ai chi chuan</i> , artes marciais, etc. |
| 5. Sociais | Atividades que colaboram para a vida associativa e atenção às necessidades grupais e à solução de problemas coletivos. Ex.: festas, mobilização de bairros, associações em movimentos sociais (produtores, mulheres, ecologistas, pacifistas, etc) que consolidam as organizações de base. |

Quadro 2 – Atividades socioculturais para um projeto social

TÉCNICAS E MEIOS

Segundo Serrano (2008), as técnicas e os meios representam o modo de se efetivar um objetivo do projeto social. Indicam a forma de agir para que a meta seja alcançada. São os meios técnicos utilizados na animação sociocultural.

CRONOGRAMA

Por meio do cronograma apresenta-se o seguimento e a sucessão das etapas de investigação e a forma como se sucedem, completam e coordenam as atividades. Faz-se necessário estimar o tempo aproximado para a execução de cada uma das etapas e decidir sobre a sua sequência no projeto social. Conforme Serrano (2008), a elaboração do cronograma está relacionada ao planejamento das várias ações do início do projeto até o fim, considerando as datas nas quais se realizarão as várias atividades. Um exemplo de cronograma para um projeto social poderá ser ilustrado como:

| Atividade | Responsável | Mes | | | | | | | | | | | |
|--|-------------|-----|---|---|---|---|---|---|---|---|----|--|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | | |
| 1. Identificação, análise e contatos com os vários atores sociais envolvidos | | | ■ | | | | | | | | | | |
| 2. Reuniões de elaboração do plano de ação e formalização das parcerias | | | ■ | | | | | | | | | | |
| 3. Contratação da equipe de professores e instrutores | | | ■ | | | | | | | | | | |
| 4. Preparação e confecção do material de divulgação do projeto | | | ■ | | | | | | | | | | |
| 5. Divulgação | | | | ■ | | | | | | | | | |
| 6. Módulo básico | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| 7. Módulo específico | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | | | |
| 8. Vivencia | | | | | | | | | | ■ | ■ | | |
| 9. Avaliação e elaboração dos relatórios avaliativos | | | ■ | | ■ | | ■ | | ■ | | ■ | | ■ |

Fonte: Adaptado de CURY (2001, p. 47).

Quadro 3 – Cronograma de atividades: projeto de capacitação profissional de jovens

RECURSOS

Apresentam-se três tipos de recursos que deverão estar inseridos no projeto social, quais sejam: recursos humanos, recursos materiais e recursos financeiros (SERRANO, 2008).

Os recursos humanos descrevem a quantidade e a qualidade das pessoas que serão necessárias para implementação das atividades previstas no projeto. É importante detalhar, desde o início do projeto, a qualificação, a experiência e o tempo das pessoas envolvidas no projeto (ESPINOZA apud SERRANO, 2008).

Os recursos materiais são de suma importância, uma vez que a escassez ou a falta destes irá restringir a execução do projeto. Constituem como tais recursos: as instalações necessárias; material de vários tipos; instrumento, ferramentas e equipamentos; material audiovisual, desportivo, cultural, etc.

Quanto aos recursos financeiros, devem ser considerados o orçamento e o financiamento do projeto social. O orçamento é um instrumento de programação que determina os custos do projeto e disciplina a ação institucional. Por sua parte, o financiamento representa a forma como devem ser captados os recursos financeiros para cobrir os custos previstos no orçamento (SERRANO, 2008).

A EXECUÇÃO

Conforme Serrano (2008), a fase da execução coloca em prática o projeto social, considerando o seu desenvolvimento, acompanhamento e controle. Destacam-se vários momentos, a saber:

a) Sensibilização

Possui as seguintes etapas de execução:

1. Conscientização - despertar o interesse das pessoas por algo que tenha um sentido especial nas suas vidas. Essa tarefa consiste em fazer a ligação com os centros de interesse dos indivíduos e realizar um processo para que tomem consciência sobre sua realidade e se situem perante ela.

2. Informação - comunicar uma série de fatos e dados relacionados com a história do público-alvo do projeto. Interessa, nesse momento, que cada uma das pessoas assuma o seu patrimônio pessoal e a sua história de vida.

3. Interpretação da história e da cultura - possibilitar que cada indivíduo conquiste a sua própria identidade dentro da realidade em que vive, compreendendo outras estruturas sociais, políticas e econômicas da sua comunidade.

b) Identificação das minorias

Relaciona-se à detecção das minorias ou grupos de incidência que, pelos seus interesses e inquietações, têm uma presença emblemática na comunidade a que pertencem.

c) Habilidade do pessoal voluntário

Trata de habilitar os voluntários para exercerem a sua tarefa de animação no projeto social.

d) Coesão do grupo

A intenção é que os membros do grupo alvo do projeto assumam o protagonismo da realização de seus programas (empoderamento social). Pretende-se que o grupo se torne independente do trabalho dos voluntários e dos profissionais que trabalharão no projeto.

e) Criação de projetos próprios

“Para que uma comunidade se desenvolva, ela deve gerar projetos próprios alternativos, nascidos no seio da própria comunidade” (SERRANO, 2008, p. 78).

f) Criatividade

O processo sociocultural idealizado no projeto social se finaliza a partir do instante que a coletividade seja capaz de procurar soluções e caminhos originais para seus próprios problemas.

A AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de diagnóstico, planejamento e execução do projeto social deve ser: objetiva, válida, confiável, oportuna e prática (CURY, 2001; SERRANO, 2008).

A avaliação será considerada objetiva quando mensurar, analisar e concluir os fatos tal como eles se apresentam na realidade, sem serem influenciados pela forma de pensar e sentir dos avaliadores. É válida porque deve descrever o projeto na sua evolução e contexto com conclusões fidedignas, considerando a confiabilidade dos resultados.

Se a avaliação for aplicada no momento adequado, evitando distorções na situação avaliada durante certo período de tempo, será considerada oportuna. Quando a avaliação ajuda a identificar e examinar a parte positiva e negativa do projeto, proporcionando soluções para o seu melhoramento, esta é considerada prática.

De um modo geral, a avaliação do projeto social deve descrever como será o sistema de monitoramento do projeto, apresentando alguns indicadores quantitativos e/ou qualitativos, os instrumentos e estratégias de coleta de dados e a equipe responsável pelo processo (CURY, 2001).

EXEMPLO DE ROTEIRO DO PROJETO SOCIAL

O roteiro de projeto apresentado como exemplo básico para esta aula foi criado para facilitar a elaboração do projeto social, com base no modelo de formulário proposto pela Petrobrás no programa Petrobrás, Desenvolvimento e Cidadania (2010). Ressalta-se que outros itens poderão ser acrescentados obedecendo à especificidade e à necessidade de cada projeto.

| NOME DO PROJETO | |
|-------------------------|---------|
| Organização proponente: | |
| Município: | Estado: |

1. Resumo do projeto
2. Dados da organização (histórico e localização)
3. Descrição do público-alvo

4. Objetivos:

| Objetivo Geral: | | |
|-----------------------|------|----------------------|
| Objetivos Específicos | Ação | Resultados esperados |
| | A. | |
| | B. | |
| | C. | |

5. Metodologia

6. Equipe executora:

| Nome | Função do Objeto | Formação Profissional | Tipo de Vínculo | Carga horária semanal |
|------|------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| | | | | |
| | | | | |

7. Formas de participação comunitária

8. Parceiros do projeto:

| Nome do parceiro | Tipo de Contribuição (financeira, técnica, recursos humanos ou outra) |
|------------------|---|
| | |
| | |

9. Divulgação do projeto:

| Instrumentos / Mídias | Quantidade | Propósito | Custo (R\$) | Período |
|-----------------------|------------|-----------|-------------|---------|
| | | | | |
| | | | | |

10. Avaliação do projeto:

| Objetivo específico | Perguntas de avaliação | Indicadores quantitativos | Indicadores qualitativos | Fontes de informação | Formas de coleta de dados | Periodicidade |
|---------------------|------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------|---------------------------|---------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

11. Cronograma:

| Objetivos específicos | Ações | Responsável | Mês 01 | Mês 02 | Mês 03 | Mês 04 | ... | Mês 12 |
|-----------------------|-------|-------------|--------|--------|--------|--------|-----|--------|
| 1. | a. | | | | | | ... | |
| | b. | | | | | | ... | |
| | c. | | | | | | | |
| 2. | | | | | | | | |

12. Orçamento:

| NATUREZA DO MOVIMENTO | MÊS 1 | MÊS 2 | ... | MÊS 12 | TOTAL DESPESAS |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| 1. CUSTOS FIXOS | | | ... | | |
| 1.1 - Aluguel Imóvel | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 1.2 - Conta de luz | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 1.3 - Conta de Água | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 1.4 - Conta de telefone | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 1.5 - IPTU | | | ... | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE CUSTOS FIXOS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 2. PESSOAL | | | ... | | |
| 2.1- Coordenação Geral | | | ... | | |
| 2.1.1 - Coordenador Pedagógico | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 2.1.2 - Coordenador Administrativo | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 2.2 - Equipe Pedagógica | | | ... | | |
| 2.2.1 – Instrutores | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 2.2.2 – Monitores | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 2.3- Equipe de Apoio / Infra-Estrutura | | | ... | | |
| 2.3.1 - Auxiliar de Escritório | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 2.3.2 – Cozinheira | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 2.3.3 – Motorista | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 2.4 - Serviços de Terceiros | | | ... | | |
| 2.4.1- Contador(a) | | | ... | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE PESSOAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 3. ENCARGOS SOCIAIS | | | ... | | |
| 3.1 - Décimo Terceiro | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 3.2 – Férias | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 3.3 - Previdência Social | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 3.4 – FGTS | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 3.5 - Despesas Bancárias | | | ... | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 4. MANUTENÇÃO | | | ... | | |
| 4.1 - Obras / Reparos | | | ... | | R\$ 0,00 |
| 4.2 - Assistência Técnica | | | ... | | R\$ 0,00 |

| | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| 4.3 - Equipamentos de Segurança | | | ... | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE MANUTENÇÃO | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 5. MATERIAL | | | | | |
| 5.1 - Material de Escritório | | | | | R\$ 0,00 |
| 5.2 - Material para Higiene/Limpeza | | | | | R\$ 0,00 |
| 5.3 - Material para participantes dos módulos | | | | | R\$ 0,00 |
| 5.4 – Uniformes | | | | | R\$ 0,00 |
| 5.5 – Equipamentos | | | | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE MATERIAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 6. TRANSPORTE | | | | | |
| 6.1 – Combustível | | | | | R\$ 0,00 |
| 6.2 - Estacionamento / Pedágio | | | | | R\$ 0,00 |
| 6.3 - Ônibus / Taxi / outros | | | | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE TRANSPORTE | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 7. ALIMENTAÇÃO | | | | | |
| 7.1 - Alimentação fora da instituição | | | | | R\$ 0,00 |
| 7.2 - Alimentação dentro da instituição | | | | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE ALIMENTAÇÃO | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 8. VIAGENS | | | | | |
| 8.1 – Passagens | | | | | R\$ 0,00 |
| 8.2 – Hospedagem | | | | | R\$ 0,00 |
| 8.3 – Alimentação | | | | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE VIAGENS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 9. EVENTOS | | | | | |
| 9.1 – Equipamentos | | | | | R\$ 0,00 |
| 9.2 - Divulgação (fotos / impressos) | | | | | R\$ 0,00 |
| SUB-TOTAL DE EVENTOS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 10. OUTROS GASTOS | | | | | |
| SUB-TOTAL DE OUTROS GASTOS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| TOTAL MENSAL DE DESPESAS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |



VOCÊ SABIA?

A seguir, são apresentadas algumas dicas que poderão tornar o seu projeto mais adequado.

- Comentários gerais e opinativos não devem constar nos objetivos
- Lembre-se de que aquilo que parece óbvio para você em geral não o é para outro leitor. Não se esqueça de informações que complementam seu projeto, tais como parcerias ou articulações com outros projetos e instituições.
- Preocupe-se sempre com a lógica de sua argumentação.
- Procure não usar jargões. Eles confundem e diminuem a capacidade de compreensão daquilo que você quer dizer, já que, em geral, os jargões são como grandes “guarda-chuvas” onde tudo cabe, não deixando claro, para quem lê seu projeto, a que, exatamente, você se refere.
- Às vezes, o texto começa a ficar muito longo, pois você sente dificuldade em explicar as suas ações. Tente fazer um quadro que sintetize o que você está querendo expressar, com uma legenda ou observações que o esclareçam. Quadros e tabelas sempre permitem uma leitura mais objetiva dos assuntos.
- O número de páginas não torna o seu projeto melhor. Ao contrário, uma das características mais procuradas hoje em dia em um projeto é a concisão. Ser capaz de elaborar um documento claro, preciso e conciso é fundamental.
- No caso de seu projeto solicitar, a terceiros, recursos para a compra de equipamentos ou outro serviço especializado, mande em anexo o levantamento de preços de pelo menos três fornecedores.
- No final, peça para outra pessoa ler seu texto e veja se ela o interpreta corretamente.
- Por último, lembre-se de realçar as positivities e potencialidades de sua proposta. Ou seja, é importante que os financiadores entendam o quadro que você analisou como passível de ser transformado através das ações propostas e que sua exposição não os leve a considerar uma perda de tempo financiar o projeto.

Fonte: Cury (2001, p. 52).

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAETANO, G. Cenários estratégicos. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão estratégica de negócios**: evolução, cenários, diagnóstico e ação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

CURY, T. C. H. Elaboração de projetos sociais. In: ÁVILA, C. M. (Org.). **Gestão de projetos Sociais**. São Paulo: AAPCS, 2001.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2006.

KOTLER, P.; LEE, N. R. **Marketing contra a pobreza**: as ferramentas da mudança social para formuladores de políticas, empreendedores, ONGs, empresas e governo. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, P. A. P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. In: **Revista Quadrimestral do Serviço Social**. Ano XXIV. N° 73. Serviço Social e Sociedade: Políticas Públicas e Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA FILHO, E.; FAGUNDES, H.; TSCHIEDEL, R. G. Repercussões do voluntariado e da solidariedade nas políticas sociais. In: SILVA, J. O.; STADTLOBER, C. S. (Orgs.). **Gestão social solidariedade e cidadania**. Porto Alegre: Palmarinca, 2009.

PETROBRÁS. **Formulário para apresentação de projetos**. Programa Petrobrás, Desenvolvimento e Cidadania. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2010. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/busca/?q=Formul%C3%A1rio%20para%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20projetos>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SACHS, J. **O fim da pobreza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SCHWARTZ, P. **A arte da previsão**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

SERRANO, G. P. **Elaboração de projetos sociais**: casos práticos. Coleção Educação e Trabalho Social. Porto – Portugal: Porto Editora, 2008.

SILVA, J. O. Novo voluntariado social: solidariedade, engajamento e consumo. In: SILVA, J. O.; STADTLOBER, C. S. (Orgs.). **Gestão social solidariedade e cidadania**. Porto Alegre: Palmarinca, 2009.

VAN DER HEIJDEN, K. **Planejamento por cenários**: a arte da conversação estratégica. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

CURRÍCULO

Ana Carênina de Albuquerque Ximenes

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1994) e mestrado em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (2001). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Pequena e Média Empresa, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão, empreendedorismo, marketing, competitividade e desenvolvimento local.

